

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.540.230 - DF (2019/0200909-9)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : CONVENCAO DE ADMINISTRACAO DO BLOCO A DA SHCE
S 1309
ADVOGADO : CLÓVIS POLO MARTINEZ E OUTRO(S) - DF012701

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial da União interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que manteve sentença de parcial procedência do pedido de condenação da União ao pagamento de taxas condominiais em atraso, com acréscimo de multas, juros de mora e correção monetária. Insiste a recorrente não tem legitimidade para figurar no polo passivo da demanda, muito embora seja a proprietária do imóvel.

Ocorre que a relação jurídica travada entre as partes é de natureza privada, por isso compete à Segunda Seção julgar o recurso em epígrafe, nos termos do inciso II do art. 2º do RISTJ (*"À Segunda Seção cabe processar e julgar os feitos relativos a: (...) II - obrigações em geral de direito privado, mesmo quando o Estado participar do contrato;"*). Tanto é assim que o precedente invocado pela Corte de origem para decidir a causa é da Terceira Turma, senão vejamos:

DIREITO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - DIREITO DAS COISAS - CONDOMÍNIO - TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS - INADIMPLEMENTO - OBRIGAÇÃO PROPTER REM - RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO - UNIÃO - DIREITO DE REGRESSO CONTRA O PERMISSIONÁRIO. O disposto no inciso I do artigo 15 da Lei n. 8.025/90 não afasta a legitimidade da União para figurar no pólo passivo da demanda de cobrança de taxas e contribuições condominiais não adimplidas, prescrevendo tão-somente o dever do permissionário de satisfazer as obrigações para com o condomínio. Desse modo, verifica-se a legitimidade passiva da União, resguardado o direito de regresso contra o permissionário inadimplente. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 816.240/DF, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/10/2008, DJe 28/10/2008)

Assim sendo, DECLINO da competência para apreciar e julgar o presente feito e DETERMINO A REDISTRIBUIÇÃO dos autos a algum dos eminentes pares integrantes da Segunda Seção deste Tribunal.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator